

Grutas de Camões: Poesia Portuguesa e Orientalismo a partir da Crítica de Camilo Pessanha

Duarte Drumond Braga

Universidade de São Paulo / FAPESP - Centro de Estudos Comparatistas

Resumo: "A Gruta de Camões", breve crítica de Camilo Pessanha publicada em 1924, pressupõe uma reflexão sobre o fenómeno do orientalismo na moderna poesia portuguesa. Esta nota de jornal parece colocar alguns argumentos contra a existência de tal fenómeno, uma vez que esse poeta irremediavelmente se sentiria, ao contrário do "exota", um estranho numa terra estranha e agreste, uma vez que ele não possui o poder de presentificar, no seu exílio oriental, os sinais de um Portugal forte e imperial (simbolizado por Camões), perdido no espaço e no tempo. O presente artigo defende que o que aparece nos termos de uma formulação negativa pode ser revertido em positiva, pela qual tais dificuldades, que caracterizariam o processo de ler *poeticamente* Portugal no Oriente seriam elas mesmas a característica essencial do gesto orientalista português.

Palavras-chave: Orientalismo, Poesia, Pessanha, Camões, Exotismo, Mesmidade

Abstract: "A Gruta de Camões", a critical note Camilo Pessanha published in 1924, appears at first to be framed as a reflection on the phenomenon of Orientalism in Portuguese poetry. The author, however, is unsure whether such poetry indeed exists. For him any poet writing on Portugal in the Orient, contrary to the "outlander", would feel himself condemned to be a stranger in a strange, harsh land. This paper argues that this negative outlook can be inverted to take on a positive aspect. The difficulties characterizing the *poetic* process of reading Portugal in the East – that is to say, of searching for traces of a strong, imperial Portugal now lost in time and space – would thus themselves become the essential characteristic of the Orientalist mode in Portuguese poetry.

Keywords: Orientalism, Poetry, Pessanha, Camões, Exoticism, samenes

1. Orientalismo em Portugal

É difícil falar de orientalismo em Portugal sem distinguir uma tradição muito marcada de representações culturais e literárias que se configuram sobretudo a partir da releitura oitocentista do imaginário quinhentista da Índia. Para tanto, tome-se em consideração a forma como, mais do que o Oriente, o próprio discurso orientalista em Portugal é evocado nos dois textos seguintes: o primeiro é um artigo de jornal de Camilo Pessanha, “A Gruta de Camões”, publicado pela primeira vez em *A Pátria*, de Macau, a 7 de junho de 1924; o segundo, um ensaio de Oliveira Martins (1845-1894), *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1880). São duas vias críticas para o relacionamento com um dado vocabulário: uma distanciada hermenêutica dos signos, no primeiro caso; a sua desconstrução irónica, no segundo. Considere-se o artigo de Pessanha:

Macau é o mais remoto padrão da estupenda atividade portuguesa no Oriente nesses tempos gloriosos. Note-se que digo *padrão*, padrão vivo: não digo *reliquia*. Há, com efeito, padrões mortos. São essas inscrições obliteradas em pedra, delidas pelas intempéries e de há muito esquecidas ou soterradas, que os arqueólogos vão pacientemente exumando e penivelmente decifrando, tão lamentavelmente melancólicas como as ressequidas múmias dos faraós. (Pessanha 1992: 302-303)

O texto parece propor uma hierarquia de signos, polarizada entre “reliquia” e “padrão”, visando o que se poderia designar como uma semiótica do vocabulário imperial. O imaginário da ruína, do sepulcro – cuja metonímia é aqui a múmia – opõe-se à carga signífica de “Macau”, de aberta fecundidade semiótica. De todas as vezes em que tal signo é abordado por um hermeneuta, o seu valor revela-se transparente, ao contrário das “inscrições” delidas ou das “múmias”, cuja materialidade dissolvida apenas a grande custo transmite um qualquer valor, num apagamento que recorda o que Gustavo Rubim tem vindo a designar como a *poética do vestígio*.

Já Oliveira Martins, em 1880, promove uma reflexão sobre o valor das “colónias do Oriente” que evoca o problema político em torno da sua possível alienação a outros impérios europeus. Trata-se de uma obra menos conhecida do historiador, mas decisiva como reflexão de fundo no que tange aos discursos portugueses em torno ao Oriente:

Aliená-las [Goa, Macau e Timor] formalmente seria criar sem motivo uma destas questões, em que as ocas frases dos jornais levantam uma agitação prejudicial, explorando sentimentos – o padrão das nossas conquistas, o monumento das nossas glórias, a terra de Albuquerque, a gruta de Camões, etc. Tais dizeres, sem valor económico, têm porém um valor moral, enquanto há patriotismo e sentimento de solidariedade histórica; e os estadistas, embora como críticos reconheçam o vazio das frases, têm de supor que, se há nação, tem de haver sentimentos patrióticos. (Martins 1880: 184-185)

O que interessa retirar deste excerto é a desconstrução irónica do repositório de expressões que constituem a retórica orientalista e imperial em Portugal. O autor encontra-se consciente – bem antes de Edward Said em 1978 – de que o orientalismo é um *discurso*. Como tal, ele é composto por determinado vocabulário e por consabidos tropos (“padrão”, “monumento”, “glórias”, “Albuquerque”, “gruta de Camões”), formando uma verdadeira gramática da cultura imperial portuguesa. Dela, como lembra o autor, fará uso oportuno o “estadista”, re combinando os tropos tal como um escritor o faria, de modo a conseguir direcionar a emotividade patriótica para o efeito desejado. A narrativa oficial, que o texto do historiador procura desconstruir, usa o Oriente como um construto discursivo de modo a sublinhar os seus valores morais, culturais ou até espirituais dentro do contexto do império. Pode-se afirmar que o Oriente constitui mesmo um argumentário, usado de forma a ressaltar aquela tríade de valores enquanto configuradora da atividade imperial portuguesa *in totu*.

Será, a este respeito, oportuno atender a uma reflexão de António Hespanha (1999), decisiva para a leitura do que possa ser um *orientalismo em Portugal*. O estudioso ressalta que o Oriente participa de forma decisiva no vocabulário da:

[...] demonstração e [...] inculcação doutrinárias, desde a ideologia imperial quinhentista, passando pelo messianismo quinto-imperialista de Seiscentos, até aos projetos de redenção imperialista dos finais do século passado e às amenidades luso-tropicalistas dos meados deste. (Hespanha 1999: 15)

Por outras palavras, o Oriente enforma o ideário regeneracionista de teor mítico, operativo, do ponto de vista político, no longo período apontado. Restaria saber até que ponto este discurso orientalista em Portugal pode ou não ser lido à luz do trabalho de Edward Said, tendo em conta sobretudo o clássico *Orientalism* (1978), questão à qual este

texto não pode ensaiar uma resposta consistente e que, por tal razão, será deixada para outro ensejo. O que interessa atender é a forma como a moderna poesia portuguesa se relaciona com tal discurso, de acordo com uma breve, mas densa reflexão crítica do poeta da *Clepsydra*.

2. Orientalismo e poesia portuguesa

A relação entre estes dois termos permite ser endereçada de uma forma central a partir da curta prosa crítica de Camilo Pessanha que se referiu no ponto anterior. O presente ensaio defende que “A Gruta de Camões” (1924) pressupõe uma reflexão sobre o fenómeno do orientalismo na poesia e que tal reflexão permite explicar a presença de algumas curiosas formulações de tom neorromântico que a crítica pessaniana tem abordado não sem certa dificuldade. A “Gruta de Camões” não é, contudo, um programa, mas uma *crítica*, em sentido rigoroso (talvez uma das primeiras), do fenómeno *orientalista* na poesia portuguesa. Atente-se, desde já, na passagem fundamental:

(...) a inspiração poética é emotividade, educada, desde a infância e com profundas raízes, no húmus do solo natal. É por isso que os grandes poetas são em todos os países os supremos intérpretes do sentimento étnico. Toda a poesia é, em certo sentido, bucolismo; e bucolismo e regionalismo são tendências do espírito inseparáveis. Notáveis prosadores (basta lembrar, dentre os contemporâneos, Lafcádio Hearn, Wenceslau de Moraes e Pierre Loti) têm celebrado condignamente os encantos dos países exóticos. Poeta, nenhum. (Pessanha 1992: 303)

Esta aparente refutação da existência de uma poesia *exótica* de cenário oriental (como se depreende pelos nomes aludidos) surge por via da sugestão da impossibilidade, não do *exótico*, mas precisamente do seu reverso, o gesto de domiciliar-se. De tal os prosadores não necessitariam, dedicando-se a celebrar, sem problemas aparentes, “os encantos dos países exóticos”. Já aos poetas, Pessanha deixa-o claro, seria fundamental o facto de “a inspiração poética [ser] emotividade, educada, desde a infância e com profundas raízes, no húmus do solo natal. É por isso que os grandes poetas são em todos os países os supremos intérpretes do sentimento étnico” (*idem*: 320). O autor não deixa, por outro lado, de entender a poesia como atividade nuclear dos Portugueses, o que traz um problema adicional ao quadro que é traçado. Para os poetas que não se encontrariam em *casa*, afigurar-se-ia essencial a

natureza de um território como Macau que, por localizar-se no Hemisfério Norte, seria a “única terra de todo o ultramar português, em que se pode ter até certo ponto a ilusão de estar em Portugal, essencial ao exercício por portugueses da sua especial atividade imaginativa” (*idem*: 320).

A partir destes dados, o texto ganha outra luz se lido como reflexão crítica sobre as especificidades do orientalismo português em poesia,¹ exigindo a construção de alguns gestos retóricos que endereçam tal fenómeno pela negativa. O que aparece nos termos de uma formulação negativa pode ser revertido em positiva, pela qual as dificuldades que caracterizariam o processo de ler *poeticamente* Portugal no Oriente – anulando assim o efeito de exílio e permitindo a corrente poética – se tornariam elas mesmas a característica essencial do gesto orientalista português:

Os poucos [poetas] que vagueiam e se definham por longínquas regiões, se acaso escrevem em verso, é sempre para cantar a pátria ausente, para se enternecerem (os portugueses) ante as ruínas da antiga grandeza da pátria e, sobretudo, para dar desafogo à irremediável tristeza que os punge. E se na reduzida obra poética colonial desses escritores – Tomás Ribeiro, Alberto Osório de Castro, Fernando Leal (este último nascido na Índia, mas nem por isso menos exilado ali, português como era pelo sangue e pela educação) – se encontram dispersos alguns traços fulgurantes de exotismo, é só para tornar mais pungente pela evocação do meio hostil e inadequado pela sua estranheza à perfeita floração das almas – a impressão geral de tristeza – da irremissível tristeza de todos os exílios. (*idem*: 304)

É o autor o primeiro a retirar um efeito positivo, no que toca ao caso português, da impossibilidade que enuncia, revelada afinal como produtiva. O trecho deixa claro, com efeito, que é a própria impossibilidade de *leitura* a principal tematização da poesia portuguesa que se tem debruçado sobre o Oriente: o confronto com os elementos delidos (“ruínas da antiga grandeza da pátria”) da sua presença imperial, que não traduzem senão uma ausência, uma distância. A própria distância física do Oriente em relação à Metrópole oferece um paralelo à distância temporal perante tal grandeza (“ruínas da antiga grandeza”). Esta última forma de distância será, mais adiante no texto, figurada na oposição entre “nós outros, os pigmeus” (*idem*: 320) e a figura de Camões. A poesia de Alberto Osório de Castro, a que a citação se refere de forma explícita, parece orientar a reflexão de Pessanha, na

medida em que corporiza essa eterna e penosa releitura de Portugal a partir da sua arruinada projeção oriental. A sugestão crítica presente no excerto dir-se-ia, de facto, sublinhar que é Portugal, e não o Oriente, a referência primeira do orientalismo português em poesia.

Como contraponto às dificuldades de leitura do Oriente português, que uma poesia como a de Osório de Castro revelaria, é exposta a valorização de Macau como um duplo mais eficaz de Portugal do que seriam, por exemplo, as ruínas de Velha Goa, amplamente revisitadas por Alberto Osório de Castro num livro de versos como *A Cinza dos Mirtos* (1906). Macau surge, em tal discurso, como um signo a partir do qual a leitura de Portugal se encontra mais aberta e facilitada. Daí toda a reflexão, levada a cabo em outro momento do texto, acerca do que atrás se designou como “semiótica imperial”:

Macau é o mais remoto padrão da estupenda atividade portuguesa no Oriente nesses tempos gloriosos. Note-se que digo *padrão*, padrão vivo: não digo *reliquia*. Há, com efeito, padrões mortos. São essas inscrições obliteradas em pedra, delidas pelas intempéries e de há muito esquecidas ou soterradas, que os arqueólogos vão pacientemente exumando e penivelmente decifrando, tão lamentavelmente melancólicas como as ressequidas múmias dos faraós. (Pessanha 1992: 302-303)

Note-se que o autor sublinha a ruína como característica da lírica portuguesa do Oriente: “para se enternecerem (os portugueses) ante as ruínas da antiga grandeza da pátria”. O canto “da pátria ausente” seria aquele que, não conseguindo presentificar-se inteiro nos seus resquícios, mortos – ao contrário do “padrão vivo” que é Macau – presentificar-se-ia como canto melancólico sobre as ruínas, no que as ilações românticas voltam subtilmente, por esta via, ao texto. Tal definição remete, de novo, para o registo elegíaco de um livro como *A Cinza dos Mirtos* (1906) de Osório de Castro, obra que, sem dúvida, combina enternecimento “ante as ruínas da antiga grandeza da pátria” com alguns “traços fulgurantes de exotismo”, que em tal livro irrompem. O caso deste poeta – que resgatou em Goa, enquanto arqueólogo e museólogo amador, várias antigualhas – oferece notório paralelo com o trabalho arqueológico de alguém que escreve poemas sobre um Oriente perdido, da mesma forma que “os arqueólogos vão pacientemente exumando e penivelmente decifrando” (*idem*: 303).

Assim, nas palavras do autor, não haveria, no caso português, um “exótico” pleno, leia-se: *orientalismo* pleno. O gesto de os poetas portugueses treslerem o que *lá* está, enquanto *outro*, para o lerem como *mesmo* – processo que se veria radicalizado pelo fato de a poesia ser a “especial atividade imaginativa” (*idem*: 320) dos portugueses – faz com que estes encontrem apenas uma imagem distorcida e ruínosa do “húmus do solo natal” (*idem*: 303). Tal seria bem diverso do que os “exotas” ou “exotistas” como Hearn, Moraes ou Loti – expressamente citados na passagem em causa – fariam no que toca à constante evocação da pura alteridade. É, pois, forçoso que o “orientalista” português devesse, à luz desta interpretação pessaniana, como um “não-exotista” ou um “não-orientalista”.

De resto, a noção de uma fragilidade no si e na sua extensão matricial (o torrão natal ou a casa) são dificilmente conciliáveis com a leitura que Victor Segalen propõe do “exota”. Este poeta e ensaísta francês insiste que é a partir de uma forte radicação da percepção no *si* – que se entende como essência intransmissível² –, que se confronta algo de exterior, daí nascendo a *percepção* do outro:

La sensation d'exotisme augmente la personnalité, l'enrichit, bien loin de l'étouffer. [...] Ceux-là qui sont aptes à la goûter s'en voient renforcés, augmentés, intensifiés. [...] L'exote, du creux de sa motte de terre patriarcale, appelle, désire, subodore des au-delà. (Segalen 1978: 67)

Pessanha parece passar à demonstração, no seio do próprio texto, da sua proposta crítica, operando um gesto de elisão do elemento *estranho*. É necessário, segundo o próprio indica, *simular* Portugal, elidindo da paisagem os seus elementos *exóticos*, neste caso toda uma série de indícios da presença chinesa:

[...] em Macau é fácil à imaginação exaltada pela nostalgia, em alguma nesga de pinhal menos frequentada pela população chinesa, abstrair da visão dos prédios chineses, dos pagodes chineses, das sepulturas chinesas, das misteriosas inscrições chinesas (...), e criar-se, em certas épocas do ano e a certas horas do dia, a ilusão da terra portuguesa. (*idem*: 303)

Esta curiosa passagem vem confirmar a leitura: a existência de uma poesia orientalista portuguesa exigiria, para Camilo Pessanha, a rasura da *alteridade* de modo a instaurar uma *mesmidade* ou *ipseidade*. Apenas por meio desta seria possível a um poeta português

escrever poesia *no* Oriente. Como sugere Rosa Perez, o orientalismo português pode ser entendido através do que aqui se designa por *mesmidade*. A tendência para a “tradução cultural” de um outro em um *mesmo*, seria, para a autora, uma (con)versão simbólica que herda a longa permanência histórica do espírito missionário da *conversão*:

[O]s portugueses iniciavam a rota da Índia em busca não da alteridade mas da semelhança, de matriz proeminentemente religiosa. Os outros, os “gentios”, foram objeto de conversão, na aceção mais ampla da palavra: religiosa, mas também social e linguística [...] para os moldes culturais da lusitanidade. O Cristianismo constituiu sem dúvida um poderoso dispositivo de tradução cultural que precedeu a conversão religiosa na consolidação do império [...] e que se revelou um dos seus elementos mais estruturantes. (Perez 2006: 15-16)

A (con)versão revela o Oriente português num desdobramento pelo qual este se figura como imagem de Portugal, o seu *duplo* signico.

Esta leitura que se acaba de propor de “A Gruta de Camões” permite recuperar a importância da problemática (neo-)romântica em Camilo Pessanha, devido ao facto de nesse texto se afigurar central a discussão do fenómeno que designa como “bucolismo” e “regionalismo”, termos que sofrem uma identificação com a própria poesia. Seriam, para o autor, modulações ou complexificações (“tendências do espírito”) da “emotividade (...) com profundas raízes no solo natal” (Pessanha 1992: 303). Tal questão é colocada no campo crítico da literatura portuguesa perante a ascensão dos Neorromantismos primonovecentistas, como comprova o inquérito literário intitulado *Literatura de Ontem, de Hoje e de Amanhã*, promovido pelo publicista monárquico Álvaro Maia (1887-1940) no *Diário de Notícias*, ao longo do ano de 1920,³ com o qual se pode supor um diálogo de algumas das proposições de Camilo Pessanha no seu ensaio. Ora, o autor não deixou de aludir às poéticas neorromânticas de perfil saudosista e integralista em outros momentos da produção escrita em torno à década de 10.⁴ Se, no texto de 1924, é sobretudo a figura de Camões que polariza o modelo da regeneração política, imperial e literária, tal não pode senão ser lido como reação à revisitação neorromântica em torno à emergência regeneradora de um *Volksgeist* português que o poeta quinhentista simbolizou.

Deste modo, as formulações negativas do texto ecoam na própria negatividade com que o poeta se autorrepresenta como diminuído perante Camões:

[...] a terrível ação depressiva do clima e do ambiente físico e social dos países tropicais, se não tiveram poder contra a assombrosa vitalidade criadora do poeta máximo, têm-no, todavia, [...] para esterilizar em cada um de nós outros, os pigmeus que a quatro séculos de distância o contemplamos, o pouco de aptidão versificadora que algum tivesse. (*idem*: 304-305)

Tal fragilidade parece articular-se com a que o autor leu criticamente nos poetas que cita, sinalizando um “desfazimento”.⁵ Tratar-se-ia de uma perda de substância da própria poesia, figurada na incapacidade da figura autoral em ser comparada com Camões, ou mesmo em ser inscrita no texto, conforme sugere Franchetti:

Ao montar essa equação, na qual a cada momento na história da nação corresponde um tipo de poeta, Pessanha acaba por fazer, da sua obra quase inexistente, uma espécie de equivalente gorado da obra de Camões. É como se ele se representasse como um não-Camões, ou melhor, como o Camões possível nos tempos da decadência – para o qual até mesmo a evocação da grandeza do passado é um desafio. (Franchetti 2008: s/p)

A proposta crítica de Pessanha vem, pois, ao encontro da relação complexa que o orientalismo português mantém com a sua própria memória literária, muito presente na evocação da figura de Camões. Tal complexidade atravessará a ulterior poesia “orientalista” portuguesa: na inversão, de timbre decetivo, da narrativa de regresso do Oriente proposta por “Opiário” de Álvaro de Campos ou no “Camões moiro” que surge nos *Livros da Índia* (1984) de António Barahona.

Em conclusão, a natureza da poesia de Pessanha devém, ela própria, no texto de 1924, como uma duplicação do “desfazimento” temporal do orientalismo português face ao império oriental dos séculos XVI e XVII, ao ser figurada como perda radical de substância. Os tópicos neorromânticos do bucolismo e do regionalismo surgem, assim, como gestos retóricos utilizados para uma definição do efeito de deslocamento do orientalismo português. Na sua vertente poética, este último estaria destinado a encontrar no Oriente uma imagem incompleta de um Portugal que se apresenta ao sujeito como universo preservado pela memória do rural.

Bibliografia

Franchetti, Paulo (2001), *Nostalgia, Exílio e Melancolia: Leituras de Camilo Pessanha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

-- (2008), "Pessanha e a Gruta de Camões", <<http://dlcv.fflch.usp.br/node/36>> (último acesso em 25/06/2014).

Hespanha, António (1999), "O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX)", in *O Orientalismo em Portugal: séculos XVI-XX*, organização de António Manuel Hespanha e de Ana Maria Rodrigues, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 15-37.

Martins, Joaquim Pedro Oliveira (1920), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira [1880].

Perez, Rosa M. (2006), "Introdução", in *Os Portugueses e o Oriente – História, Itinerários, Representações*, organização de Rosa M. Perez, Lisboa, Publicações D. Quixote, 11-36.

Pessanha, Camilo (1992), *Camilo Pessanha Prosador e Tradutor*, edição de Daniel Pires, Macau, Instituto Português do Oriente.

-- (2012), *Correspondência, Dedicatórias e Outros Textos*, edição de Daniel Pires, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal/Campinas: Editora da Unicamp.

Said, Edward (2004), *Orientalismo*, Lisboa, Cotovia [1978].

Segalen, Victor (2007), *Essai sur l'Exotisme: une Esthétique du Divers*, Paris, Fata Morgana [1978].

Duarte Drumond Braga é Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (2005), mestre (2009) e Doutor (2014) em Estudos Comparatistas pela Universidade de Lisboa, com tese sobre as transformações do orientalismo em poesia portuguesa do século XX. Atuou como docente na Faculdade de Letras e é investigador do Centro de Estudos Comparatistas da mesma Universidade. Atua nas áreas de Literatura Portuguesa (séculos XIX e XX) e Literatura Comparada. Foca o seu trabalho nos seguintes núcleos de pesquisa: orientalismo na literatura portuguesa, literaturas de Goa e Macau e poesia portuguesa do século XX. Organizou publicações de livros, como: *Nau-Sombra: os orientes da poesia portuguesa do século XX* (com Catarina N. de Almeida) e *O Buda e o Budismo no Ocidente e na cultura portuguesa* (com Paulo Borges). É presentemente bolsista de Pós-Doutorado da Fapesp (Brasil).

NOTAS

¹ Sobretudo se percebe a partir da confusão (neste período habitual), entre as noções críticas de *literatura colonial* – que ainda não existiria no caso português, *literatura exótica*, literaturas locais em língua portuguesa (entendidas como *literatura ultramarina*), e o ainda pouco frequente termo *orientalismo*.

² De acordo com Segalen: “Les sensations d’Exotisme et d’Individualisme sont *complémentaires*” (Segalen 1978: 43-44, itálico do autor).

³ Refletindo a conjuntura histórico-social de uma Europa sobrevivente à Grande Guerra e atemorizada pela revolução bolchevique, são as questões patriótica e regionalista as que assumem maior relevância. As escolas diretamente visadas são o Saudosismo e o Neorromantismo de pendor regionalista, representado por autores do Integralismo Lusitano.

⁴ Tal ambiguidade dir-se-ia ecoar na posição que Pessanha deixará, anos mais tarde, acerca de autores do mesmo círculo de Augusto Casimiro. Trata-se do excerto de uma carta, datada de 8 de abril de 1917, enviada de Macau a Henrique Trindade Coelho (1885-1934) a propósito de uma eventual colaboração, que nunca se chegou a verificar, para o que chama *ressurgimento nacional*: “Parece-me ter dito na minha passada que ia mandar ao Carlos Amaro uma versalhada, – modesta contribuição etc. para a obra de ressurgimento nacional em que andam empenhados o Lopes Vieira, o José de Figueiredo e o João de Barros” (Pessanha 2012: 208). A expressão “ressurgimento nacional” é, aliás, uma alusão ao movimento da Renascença Portuguesa (1912-1932), bem como uma referência mais geral ao que unia, em termos ideológicos, certos poetas e intelectuais com quem privou. Interessa, contudo, ler o “etc” como, mais do que uma marca de modéstia, um modo irónico de se distanciar das intenções daqueles autores.

⁵ O “desfazimento” é um termo usado por Franchetti (2001) para dar conta de uma perda de substância. Alberto Osório de Castro, destinatário da carta de Pessanha, coloca como epígrafe a *Exiladas* o seguinte fragmento de uma missiva de Pessanha de 1894: “Eu, que tinha saudades de quanto ia deixando, até de Barcelona, onde estive cinco dias, até de Colombo onde estive duas horas. Porque a gente é bem um grumo de sangue, que por toda a parte se vai desfazendo e vai ficando” (Pessanha 2012: 115).